

Um dia confuso no Ministério da Fazenda. À espera de notícias.

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, deixou ontem seu gabinete às 20h30 sem dar a entrevista sobre o fechamento do acordo com o comitê dos bancos, convocada para o meio-dia, mas logo depois da hora marcada para a coletiva já se sabia o motivo do adiamento: o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, informou aos jornalistas que não havia acordo entre os negociadores brasileiros e o comitê. Os pontos ainda indefinidos, segundo Milliet: qual a instituição financeira em que ficariam depositados os US\$ 500 milhões de pagamento inicial pelo Brasil e quais os juros que iriam remunerar esse depósito.

Quando for depor hoje na Comissão da Dívida Externa, no Senado Federal, Milliet não encontrará fácil apoio parlamentar para as negociações, pois a comissão também pretende opinar. Para que os negociadores brasileiros tenham respaldo político, a Comissão da Dívida Externa estabeleceu as seguintes exigências:

No acordo provisório não haverá a presença do FMI; a moratória não será levantada antes do acordo definitivo; deverá se estabelecer uma taxa de juros mais baixa do que a obtida pela Argentina; o acordo deve ser no mínimo de três anos; e deverá conter uma cláusula de garantia de teto máximo para os juros.

"Para que nossos negociadores tenham respaldo político, é necessário saber as bases do acordo", disse ontem o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB), um dos da Comissão da Dívida.

O presidente da Comissão da Dívida Externa, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), afirmou que é necessário preservar "o consenso de que no acordo provisório não

deverá haver a presença do Fundo Monetário Internacional". O senador do PFL acredita que o motivo do atraso do fechamento do acordo provisório é o FMI. "Fiquei sabendo — não pelo presidente do Banco Central — que entre o acordo provisório e o acerto final deveria se assinar um acordo com o FMI. Esse deve ser o motivo do atraso do fechamento do acordo", contou Chiarelli.

A confusão no Ministério

Ontem foi um dia confuso no Ministério da Fazenda. Depois de convocar uma entrevista coletiva para o meio-dia, o ministro Bresser Pereira mudou de idéia. Quase à uma da tarde, seu assessor de imprensa, Francisco Baker, levou aos jornalistas, reunidos no auditório da Fazenda, um pedido de desculpas e a notícia de que a coletiva tinha sido adiada. "O acordo está praticamente fechado, mas faltam detalhes", disse Baker. Pouco depois, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, dava, indiretamente, a explicação para o adiamento. Até aquele momento não havia acordo.

A situação não mudou até o início da noite. O presidente do Banco Central não estava tão otimista quanto o ministro, ao convocar a coletiva: Milliet disse na hora do almoço que o acordo poderia demorar ainda "um ou dois dias" para ser fechado. E outro assessor revelava que a disposição dos negociadores brasileiros era explorar "até o último minuto" os prazos que o governo americano tinha dado para o acerto, que, segundo informações de Nova York, iria até ontem. Depois, os créditos brasileiros poderiam ser rebaixados para a categoria de "valor depreciado", um mau negócio para o Brasil e para os bancos credores.